



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

**O papel do Coordenador Pedagógico frente à indisciplina
escolar**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Tanizie Helena de Vargas Callegaro Rodrigues

Agudo, RS, Brasil

2011

**O papel do Coordenador Pedagógico frente à indisciplina
escolar**

por

Tanizie Helena de Vargas Callegaro Rodrigues

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de

Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof^a. Myrian Cunha krum

Agudo, RS, Brasil

2011

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional

**O papel do Coordenador Pedagógico frente à indisciplina
escolar**

Elaborada por

Tanizie Helena de Vargas Callegaro Rodrigues

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Myrian Cunha Krum, Ms. (UFSM)

(Presidente/Orientador)

Débora Teixeira de Mello, Dr. (UFSM)

Leila Adriana Baptaglin, Ms. (UFSM)

Agudo, 16 de setembro de 2011.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O papel do Coordenador Pedagógico frente à indisciplina escolar

AUTORA: Tanizie Helena de Vargas Callegaro Rodrigues

ORIENTADOR: MYRIAN CUNHA KRUM

Agudo/RS, de setembro de 2011

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica, acrescida de uma pesquisa de campo, que teve por objetivo analisar os problemas da indisciplina escolar, sob a óptica do coordenador, buscando verificar o seu papel frente a essa problemática. Para isto foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta e análise de dados: revisão bibliográfica e um questionário com coordenadoras pedagógicas. Através desta pesquisa buscamos subsídios que respondam a questões referentes à problemática indisciplinar, apresentada nas duas escolas investigadas, sob a ótica da coordenação pedagógica. Considerando as colocações das coordenadoras, aliadas a realidade das escolas analisadas e, também, à literatura existente, verifica-se a importância do papel do coordenador pedagógico enquanto articulador do processo pedagógico. Também, verificou-se que, os problemas disciplinares são reais, e surgem por inúmeras razões descritas ao longo do trabalho, contudo cabe a escola, em especial à coordenação pedagógica, conscientizar os professores de que é preciso desenvolver e programar novas formas de ensinar, a partir de uma prática baseada em princípios que considerem o educando como o foco primordial da aprendizagem, pois somente assim atingir-se-á o objetivo real da educação, e os problemas disciplinares, com certeza, se dissiparão.

Palavras - chave: Ensino; indisciplina; coordenação pedagógica

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O papel do Coordenador Pedagógico frente à indisciplina escolar

AUTHOR: Tanizie Helena de Vargas Callegaro Rodrigues

ADVISER: MYRIAN CUNHA KRUM

ABSTRACT

The present study is a bibliographical research plus a field study, which aimed to analyze the problems of school indiscipline, from the perspective of the coordinator, to check your role against this problem. For this we used the following data collection instruments and data analysis: literature review and a questionnaire with pedagogical coordinators. Through this research we seek subsidies that respond to issues of indiscipline problems, presented in two schools investigated, from the perspective of educational coordination. Considering the placement of the coordinators, together with the realities of schools analyzed, and also to the existing literature, there is the important role of as articulator of the pedagogical coordinator of the educational process. Also, it was verified that discipline problems are real, and arise for several reasons described throughout the work, however it is up to schools, especially pedagogical coordination, educate teachers that is necessary to develop and plan new ways of teaching, from a practice based on principles that consider the students as the primary focus of learning, for only then will reach the goal of real education, and disciplinary problems, of course, will dissipate.

Keywords: Keywords: Education, indiscipline, pedagogical coordination

Agudo/RS, 16 de setembro de 2011.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Breve histórico sobre coordenação pedagógica.....	10
2.2 Educação, Escola e a Indisciplina.....	12
2.3 Gestão Escolar Democrática: coordenador pedagógico	20
3 PERCURSO METODOLÓGICO: DESCREVENDO ESTRATÉGIAS E RESULTADOS	23
3.1 Caracterizando os sujeitos investigados	23
3.2 Questionários: perguntas, respostas e reflexões	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
5 REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

Essa temática tem preocupado todos os envolvidos no processo educacional, em especial, a coordenação pedagógica. Indagações como: quais as principais causas da indisciplina na escola, qual é a verdadeira função da escola hoje: núcleo de aprendizagem, uma escola que atende as particularidades de cada educando, ampliando o seu potencial de desenvolvimento, para que seus alunos assumam sua posição de indivíduos atuantes na sociedade ou mera repassadora de informações? Com esses questionamentos, busca-se diagnosticar as principais causas, bem como as possíveis estratégias de prevenção e controle da indisciplina escolar.

A indisciplina se deve, principalmente, ao conflito gerado entre escola/ aluno/ sociedade, quando os alunos não estão conseguindo se adaptar à escola ou seria a escola que não está conseguindo se adaptar a eles? O que vemos em nossa realidade hoje é que problemas disciplinares crescem constantemente, produtos de uma sociedade na qual os valores humanos tais como o respeito, o amor, a compreensão, a fraternidade, a valorização da família, entre outros, foram ignorados. A humanidade desenvolveu o individualismo, onde os interesses particulares se sobrepõe aos coletivos onde, a disciplina, nesse contexto, se torna um instrumento de autoritarismo. Diante desta problemática observada ao longo de minha trajetória, como docente, pretendo verificar como a equipe gestora escolar intervêm, na busca de estratégias de prevenção e controle da indisciplina.

A escola é lugar de livre articulação de idéias e deve procurar a socialização do conhecimento, deve ser capaz de interpretar e compreender as diferenças presentes na sociedade. Essa socialização só é possível através de uma gestão democrática e participativa, onde, tanto nas decisões quanto na solução de problemas, a democracia esteja presente. A participação de todos é que gera a gestão democrática. A gestão democrática não pode ser vista somente como um novo paradigma, mas como uma meta que deve ser buscada. Tendo em vista todas essas mudanças, o coordenador pedagógico atualmente deve ser ativo e reflexivo, construindo-se sobre a interação e o diálogo, para que a prática educacional mude e o ensino se qualifique. Faz-se necessário transformar aquela imagem de que o coordenador é o “detentor do poder”, e proporcionar um ambiente saudável onde todos possam participar coletivamente e contribuir com os resultados positivos de

uma gestão escolar. Afinal coordenar e educar não devem ser ações individuais e sim ações coletivas onde devem ser valorizados os debates, as idéias, as críticas e o senso comum, enfim ao assumir a função de coordenação, o professor deve estar ciente dos desafios que irá encontrar. O coordenador pedagógico ocupa lugar de destaque na escola, pois interage com os envolvidos no processo ensino-aprendizagem buscando manter as relações interpessoais harmoniosas, desenvolvendo habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade.

Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo investigar a indisciplina escolar, sob a óptica do coordenador pedagógico, procurando identificar as principais causas, bem como levantar as contribuições deste profissional na busca de estratégias de prevenção e controle dessa indisciplina.

Mas será que o coordenador pedagógico tem alguma implicação direta no controle de problemas disciplinares? Será que existe estratégias de prevenção da indisciplina, cabíveis a esse setor? Será que a equipe gestora (diretor, vice-diretor e coordenadores), como um todo está desempenhando sua função social ou apenas tem se preocupado com o repasse de informações? E a família tem se preocupado com o seu papel, ou tem deixado sua responsabilidade apenas para a escola exercer?

Para este trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica, acrescida de uma pesquisa de campo. No primeiro momento faz-se a relação entre educação, escola e indisciplina, assim como gestão escolar e coordenador pedagógico, destacando autores como: Aquino, Vasconcellos, Garcia, Amado, Estrela, Fortuna entre outros.

Na sequência, descreve-se a metodologia utilizada no trabalho, que envolve uma pesquisa de campo, com aplicação de um questionário a duas coordenadoras pedagógicas, uma da rede municipal e a outra da rede privada de ensino do município de Santa Maria, RS. Sendo que a escola privada atende crianças da educação infantil e do ensino fundamental e a escola municipal atende somente crianças do ensino fundamental.

Após, apresenta-se análise e a discussão dos dados coletados na pesquisa de campo. Por último, apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico compreende um breve panorama destacando o papel do coordenador pedagógico frente aos problemas disciplinares, em uma sociedade envolta em significativas mudanças globais e estruturais, na era da tecnologia e na busca de novos conceitos e práticas educacionais, questionando-se sobre a função social da escola hoje.

2.1 – Breve histórico sobre coordenação pedagógica

“ Historicamente, a função docente não era especializada, sendo exercida por religiosos ou leigos nas mais diversas profissões, especialmente os que sabiam ler e escrever ou tinham alguma profissão que exigia o conhecimento da escrita”. (Urbanetz, 2008, p.38)

De acordo com a autora (idem, p.37- 38), no Brasil, a profissão de professor foi consolidada a partir dos anos 1850, quando surgiu o curso normal. Nesse momento, a docência passou a ter relevância social, atribuindo-se ao professor o papel de representante do estado. A profissão de pedagogo oficializou-se, então, com o decreto-lei nº 1190, de 4 de abril de 1939, que tinha como objetivo formar bacharéis e licenciados. Essa separação entre bacharelado e a licenciatura causou preocupação entre os estudiosos da época, pois, nessa separação, o bacharelado formava técnicos em educação, e a licenciatura era responsável pela formação do professor. Essa concepção, vigente na época, entendia o processo pedagógico como um processo que separava o conteúdo e o método. A regulamentação nacional desses cursos deu-se somente em 1946, com o surgimento da Lei Orgânica do Ensino Normal, substituída em 1961, pela lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Posteriormente, o currículo foi alterado, com base nas nº 5540/ 68 e 5692/ 71. Nesse período, o professor sofreu o rotulo de ‘magister’, sendo caracterizado como um profissional vocacionado, detentor do saber e da autoridade.

No final da década de 60 e início de 70, dá-se a formação do técnico em educação, ou seja, o supervisor e o orientador educacional como profissionais que pensam em educação, e os professores como profissionais que fazem a educação. Nesse contexto, quase se dá a perda da especificidade da profissão, pois o supervisor e o orientador são vistos com os “gerentes responsáveis pelo processo

educativo” (URBANETZ, p.42), e o professor como “executor e aplicador dos instrumentos de aprendizagem” (idem, p.41). Esses especialistas surgiram no período de industrialização nacional, articulados a essas mudanças no país.

A supervisão escolar surgiu com as funções de “inspecionar, reprimir, checar e monitorar” (idem, p.42), preocupando-se com o cumprimento de prazos e leis (fase fiscalizadora), orientação aos professores (fase construtiva) e aperfeiçoamento dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem (fase criativa).

Após o fim do regime militar, nos anos oitenta, com o desencadeamento de uma crise sócio-econômica, inicia-se uma nova fase. As lutas operárias ganham força, e os professores buscam a reconquista do direito de participar da definição da política educacional e da consequente recuperação da escola pública.

Esse período pós-regime militar e a intensificação dos movimentos sociais, culmina em um questionamento em busca da verdadeira função da escola e de seus profissionais. Nesse contexto, o simples repasse de informações já não parece suficiente para o ato de ensinar surgindo, então, a necessidade de um profissional organizador do processo educativo – o pedagogo unitário -, ou seja:

Um profissional que tenha uma sólida formação teórica, um compromisso político e uma clareza das questões sociais emergenciais que se põem diante da escola. Trata-se de um profissional que, aliado ao professor, enfrente alguns desafios que a realidade impõe (idem, 2008, p.45)

Na década de 90 o supervisor é visto como mero intermediário na implantação de novas propostas de curriculares. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEM), 9394/96, no seu artigo 64, a formação desses profissionais deve ser realizada em cursos superiores de pedagogia ou em nível de pós-graduação.

Atualmente o supervisor passou a ser denominado coordenador pedagógico, pois seu papel na escola é muito mais que supervisionar o trabalho docente. Ele deve ser um profissional que conforme aponta Piletti 1998:

acompanha o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; fornece subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional; promove reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo estimula os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem. (Piletti, 1998, p. 125)

2.2- Educação, Escola e a Indisciplina

Atualmente a sociedade passa por significativas mudanças globais, centradas na informação e nas tecnologias, o que requer da escola o repensar de suas ações de maneira que suas práticas pedagógicas estejam em contínua e permanente reconstrução.

Partindo do pressuposto de que o conhecimento é uma construção humana, gradual e em constante transformação, é relevante que se considere o compromisso da educação que segundo Ferreira (2008) é “a humanização dos seres humanos”, ou seja, valorizar o cidadão, proporcionando-lhe as condições necessárias para tornar-se um cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. A escola tem por objetivo estimular o potencial deste aluno, tendo em mente que não pode deixar de levar em consideração as diferenças socioculturais existentes. Temos que preparar tanto os alunos, como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades num mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

A escola é considerada o ponto de apoio do exercício da cidadania na sociedade brasileira. Entende-se por cidadania o direito a vida no sentido pleno: direitos civis, sociais (alimentação, saúde, moradia), direitos políticos (respeito á vida, a livre expressão e a prática política e religiosa). Cabe a escola a função social, cujo compromisso maior a construção e reconstrução do conhecimento, a promovendo educação integral. A Constituição Federal de 1998, no seu artigo 205, proclama que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

Nos dias atuais, o papel da escola não se restringe a informar o conhecimento e, sim, a construí-lo juntamente com o aluno, contribuindo, assim, na formação de um indivíduo partícipe da construção da cidadania. Para isso, a participação efetiva e comprometida de todos os envolvidos no processo educacional é de fundamental importância para a construção de uma aprendizagem significativa e de qualidade. É importante que todos os membros do grupo estejam conscientes e se reconheçam como seres que podem fazer a diferença no processo de ensino-aprendizagem.

Cabe a equipe gestora promover a relação dialógica entre sujeitos (alunos, professores, comunidade, entidades, funcionários). Nesta perspectiva devem proporcionar meios aos quais, seus integrantes, busquem uma educação de qualidade através de uma escola de qualidade. Para isto Libâneo (2004, p.53-54) indica cinco objetivos a serem buscados nesta escola:

- “1. Promover o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais dos alunos (processos mentais, estratégias de aprendizagem, competências do pensar, pensamento crítico), por meio dos conteúdos escolares.
2. Promover as condições para o fortalecimento da subjetividade e da identidade cultural dos alunos, incluindo o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da imaginação.
3. Preparar para o trabalho e para a sociedade tecnológica e comunicacional(...)
4. Formar para a cidadania crítica, isto é, formar um cidadão-trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para o mercado de trabalho.
5. Desenvolver a formação para valores éticos, isto é, formação de qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias.” (Libâneo 2004, p.53-54)

Desta forma, é preciso que a equipe gestora da escola tenha uma relação de cumplicidade com todos os professores, dando suporte para que sejam realizadas ações voltadas para essa diferenciação. Ao pensarmos em fazer a diferença, estamos nos reportando a uma escola que priorize o potencial, a criatividade e a cultura de cada aluno e ao incorporar estes valores será concebida como flexível aberta às inovações, e ajustável às mudanças.

Portanto, é necessário que a escola tenha um projeto político pedagógico (PPP) bem estruturado e eficiente. Entende-se por PPP, segundo Ferreira (2008, p.11-12), “o pólo norteador de toda a ação educativa desenvolvida na escola e das relações com a comunidade”. Expressa uma concepção de escola, de sociedade e de homem. É documento que identifica a escola, porém não é algo pronto, é dinâmico e está sempre em processo. Essa expressão sintetiza a principal função do projeto: referenciar as ações da escola sobre as quais deve haver constante análise crítico-reflexiva, possibilitando novas práticas.

O projeto político pedagógico é um processo de permanente reflexão e discussão sobre os problemas da escola, que possibilita a vivência democrática, já que conta com a participação de todos os membros da comunidade escolar. Busca organizar o trabalho pedagógico, superando conflitos no interior da escola. Assim

sendo, o projeto político pedagógico é fruto de uma decisão coletiva, que leva a escola à criação de sua própria identidade e à conquista de sua autonomia.

O PPP deve estar vinculado à melhoria da escola, e esta, por sua vez, a mudança educativa. Além disso, a escola não pode ser prioridade dos professores; ela deve incluir toda a comunidade educativa no planejamento de suas metas e melhorias. (HERNÁNDEZ, 2003). Percebe-se, no entanto, que em muitas escolas o projeto político pedagógico não é feito de forma participativa e acaba não se concretizando, ou negando-se a vivência democrática.

Para efetivar as metas previstas no PPP da instituição, junto à comunidade escolar, a equipe gestora aparece como organizadora do processo educativo, superando a dicotomização entre atender crianças ou atender professores. É a equipe gestora, quem, de maneira bem flexível, vai dando conta desse processo, articulando as relações humanas dentro da escola.

Atualmente, nosso contexto escolar vem passando por inúmeras mudanças, contudo ainda temos problemas antigos que assombram as instituições de ensino, estamos falando das questões referentes à disciplina escolar.

Considerando que “a indisciplina escolar não é um fenômeno estático” (Garcia, 1999, p.102), faz-se necessário entender o significado do termo indisciplina.

Segundo Amado:

A indisciplina escolar está intimamente ligada tudo que diz respeito ao ensino, aos objetivos, as práticas e perspectivas que orientam, além dos condicionantes próprios da aula, da escola, da comunidade e do sistema. Portanto, a indisciplina nos dias atuais deve ser vista como um fenômeno interativo que ocorre no contexto da sala de aula. (AMADO, 2001, p.17)

A escola costuma, muitas vezes, classificar o aluno como indisciplinado, no sentido de transgressor de ordens, sem limites, desinteressados, entre outros termos. Em razão disso, coloca-se no aluno a culpa de todo o fracasso escolar. Sabe-se, no entanto, que outros fatores também contribuem para esse resultado negativo, destacando-se a falta de motivação dos alunos provocada, muitas vezes, por uma estruturação escolar do passado, pelo apelo de outros meios de informação, mais sedutores, por aulas tradicionais, e por professores com um fazer pedagógico em conflito com os interesses do aluno.

Machado (2008), ao analisar a obra de Júlio Groppa Aquino (2003), comenta que “a gênese da indisciplina reside nos conflitos perpetrados pelas próprias práticas escolares, incapazes de dialogar com os novos perfis discentes”. Uma escola de massa que de certa forma, ainda preserva princípios pedagógicos e políticos de uma escola de elite, de outrora. Ressalta ainda que a indisciplina traduz-se como uma espécie de inconformidade, por parte do alunado, aos padrões de comportamento nos quais as escolas ainda parecem inspirar-se.

A mesma linha de pensamento aparece no discurso de Estrela (1992, p.17), quando caracteriza indisciplina como “desordem proveniente de quebra de regras estabelecidas pelo grupo”. Nesse sentido, tem-se a noção de indisciplina como contraposição da disciplina, associada aos sentidos de ausência de conhecimento, ou conduta contestatória ou divergente dos esquemas de controle social. Ainda, é o professor que produz e comunica normas sociais que julga necessárias para exercer sua ação pedagógica e, assim, prescreve determinadas posturas e regras a serem aceitas, muitas vezes, sem a devida discussão com os alunos e sem que elas atendam suas expectativas e necessidades.

Esse conceito de indisciplina, com base na interpretação dos professores

aponta a noção predominante de não cumprimento de regras, de rebeldia e de desrespeito aos princípios de convivência combinados, sem uma justificativa viável, criando transtornos e incapacidade de se organizar e se relacionar de acordo com as normas estabelecidas por um grupo. (FORTUNA, 2002, p. 90)

Desta forma, questiona-se: quais seriam os motivos da indisciplina? Inúmeros são os motivos que podem vir a causar a indisciplina, conforme relata Garcia (1999), esses fatores podem ser agrupados em causas externas e causas internas a escola. Como causas externas, o autor destaca: a influência dos meios de comunicação, a violência social e o ambiente familiar. Já as causas internas baseiam-se no ambiente escolar e nas condições de ensino-aprendizagem, nos modos de relacionamento humano, no perfil dos alunos e na sua capacidade de se adaptar aos esquemas da escola. Nesse contexto, a própria relação entre professor e aluno pode provocar a indisciplina.

Aquino (1998), em sua leitura pedagógica, questiona três grandes hipóteses que explicam a questão disciplinar: o aluno respeitador, sem limite e desinteressado.

Para o professor da USP, o aluno que não segue a risca as ordens de um professor descontextualizado, atuando como se estivesse em uma escola do passado, embasado em princípios de repressão, este aluno não pode ser taxado como desrespeitador, porque seus direitos como aluno também não podem ser desrespeitados. Conforme o mesmo autor “é óbvio que uma relação de respeito é necessária (embora não suficiente) para o trabalho pedagógico. No entanto, podemos respeitar alguém por temê-lo ou admirá-lo.” (1998, p.65-69), ainda hoje, para alguns profissionais da educação, “o bom aluno do dia-a-dia é aquele calado, imóvel, obediente. Será este um aluno bom, de fato?”. Normas disciplinares como “punições, represálias, submissão e medo” ainda persistem em algumas salas de aula, sob forma de avaliação ou, ainda, castigos maiores com expulsões ou transferência de escola. Sob essa percepção, a indisciplina estaria clamando uma relação mais democrática e a busca “de transformações no interior das relações escolares e, em particular, na relação professor- aluno, ou seja, buscar o para quê da existência da escola.

A segunda hipótese referente à indisciplina escolar, também contestada pelo autor, reporta-se a falta de limites. A indisciplina, então, passa a ser considerada como atitude de desrespeito, de intolerância aos acordos firmados anteriormente, do não cumprimento de normas. Em suma, a falta de limites é sinônimo de incapacidade do aluno em se ajustar às normas e padrões de comportamentos esperados. Nesse sentido, a disciplina demanda uma obediência cega a um conjunto de prescrições e, principalmente, torna-se um pré-requisito para o bom aproveitamento do que é oferecido na escola. Assim, qualquer tipo de inquietação, questionamento ou discordância por parte do aluno é tido como indisciplina, considerando que é esperado o silêncio, a tranqüilidade e a passividade do aluno, de forma que não haja nada que perturbe o andamento da aula.

A terceira hipótese explicativa da indisciplina, a qual Aquino (1998), também discorda, refere-se ao aluno desinteressado. Nessa situação, atribui-se a mídia o fracasso escolar. Dessa forma a falta de interesse e a apatia em relação à escola, que causa a indisciplina, se deve a falta de atrativos no processo de ensino-aprendizagem. Aquino reconhece a importância do uso de recursos didáticos mais atraentes e atuais, mas questiona essa colocação quando diferencia mídia de escola, em seu discurso:

Enquanto a mídia (os diversos meios de comunicação como a televisão, o rádio, o jornal, o próprio computador atualmente) tem como função primordial a difusão da informação, a escola deve ter como objetivo principal a reapropriação do conhecimento acumulado em certos campos do saber – aquilo que constitui as diversas disciplinas de um currículo. Ainda, os meios de comunicação podem ter como objetivo o entretenimento, o lazer. Escola, ao contrário, é lugar de trabalho árduo e complexo, mas nem por isso menos prazeroso... Por essa razão (...) é preciso acrescentar: o professor não é um difusor de informações, e muito menos um animador de platéia, da mesma forma que o aluno não é um expectador ou ouvinte. Ele é um sujeito atualmente, co-responsável pela cena educativa, parceiro imprescindível do contrato pedagógico. (AQUINO, 1998, p.89)

Sendo assim, o trabalho pedagógico deve ir muito além do repasse de informações que a mídia proporciona.

...o trabalho pedagógico é muito mais do que a difusão de determinadas informações. Assim, se não obtivermos o suporte do conhecimento, ou seja, o recuo do pensamento que o conhecimento sistematizado nos proporciona, como fazer para decodificar as informações difusas que os meios de comunicação veiculam cotidianamente, e a granel? (AQUINO, 1998, p.94)

Dessa forma, conclui-se que o ponto de partida em sala de aula é a informação, mas o ponto de chegada é o conhecimento, ou seja, o que se apreende dessa informação repassada.

Em consonância com as colocações de Aquino (1998), Silva (2008, p.46) complementa, em seu texto, que o “desinteresse do aluno, o desrespeito e a indisciplina são pontos negativos que demonstram a ausência de autonomia do professor enquanto autoridade em sala de aula”.

Assim como Aquino e Silva, Celso Vasconcellos (1994, p.15), não busca culpados pelo insucesso escolar ou pela indisciplina, mas aponta o que considera os cinco agentes responsáveis pelas possíveis causas da indisciplina, que segundo o autor, são: a sociedade, a família, a escola, o professor e o aluno, interdependentes. No entanto, o núcleo do problema disciplinar encontra-se na atual forma de organização da sociedade, que é à base de todas as outras indisciplinas.

Considerando que a disciplina é um processo de construção coletiva, Vasconcellos (1994, p.57-58) propõe alternativas de ações que envolvem realidade e a proposta educacional de cada escola. Então, de acordo com o autor, é de extrema relevância que a escola tenha clareza de sua função social. Isso significa buscar, constantemente, a resposta a questão “estudar para quê”. Essa resposta deve estar articulada a questões como “compreender o mundo em que se vive

usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e lutar pela sua transformação” (idem, p.57). Ocorre que, na realidade, para muitos alunos ainda resta à incógnita do “por que” do conhecimento, pois a preocupação da escola, infelizmente, ainda está centrada no controle dos alunos, em detrimento de apresentar sentido ao seu papel de educandos conscientes de seu próprio desenvolvimento. Para que o desinteresse não se manifeste e para que aconteça uma aprendizagem significativa e participativa, é de vital importância que o professor utilize uma metodologia diversificada, e que proponha temas do interesse do aluno, relacionados à realidade deste.

Além da clareza da resposta do sentido de estudar, o autor sugere, ainda que a instituição escolar desenvolva “uma linha de ação comum a todos os responsáveis pelo processo educativo, construindo uma postura única de ação, com a participação do grupo, definindo normas, por escrito, reavaliando-as periodicamente” (idem, p. 59)

Em suma, uma escola, onde todos os seus segmentos são respeitados e tem voz ativa, com certeza, vai apresentar um ambiente agradável e adequado, assegurando o bem-estar de seus participantes e, com isso, o prazer em permanecer na escola e, conseqüentemente, sem grandes problemas disciplinares.

Outro agente transformador da indisciplina pode ser o próprio professor, conforme Vasconcellos aponta em seu texto (1997,p.68-69), quando coloca que “cabe ao professor optar entre assumir verdadeiramente a sua função ou desistir dela”. O que o autor quer dizer é que o professor deve ser o sujeito da história pedagógica da sua classe e da escola, com o seu papel real e, não, idealizar um aluno que não exista, ou seja, o ponto de partida do trabalho do educador deve ser a realidade do aluno, da escola, da sociedade e, não, um mito criado, idealizado. Dessa forma, os problemas apresentados em relação ao aproveitamento ou disciplina devem ser vistos como um desafio ao processo de ensino-aprendizagem, o qual será coordenado pelo professor que, nesse momento, assumira seu papel de agente histórico de transformação da realidade. Caso contrário, o professor trabalha “desvinculando da realidade do aluno, acaba se transformando em um sério fator disciplinar” (idem, p.77).

Além da escola e do professor mencionados anteriormente, também temos como agentes disciplinadores o aluno, a família e a sociedade. No que se refere ao aluno, este pode colaborar com a construção da disciplina através de uma “participação consciente e interativa” (idem, p.97), exigindo do professor um ensino significativo e participativo. Além disso, cabe ao aluno usar adequadamente seus direitos e deveres, de forma a buscar um ensino de qualidade.

Em relação ao papel da família na educação, Vasconcellos (1994, p.99-105), assim como os autores já mencionados, reforça a importância do resgate autêntico do diálogo no ambiente familiar, bem como o estabelecimento e a cobrança de limites. A sociedade por sua vez, pode dar contribuições na questão educacional ao se comprometer com a democratização política, econômica e social. Complementando a colocação anterior, para a pesquisadora Tânia Zagury:

A sociedade tem uma parcela significativa de culpa pelo fracasso da educação no país(...).A mídia dá um valor absurdo a fama, ao poder e ao dinheiro. O saber e as conquistas intelectuais são minimizados(...). O discurso teórico defende que a educação é imprescindível, mas o que se vê, na prática, é um endeuamento do que é fácil e do que dá prazer imediato. (ZUGURY,p. 55, 2006)

Em síntese, as questões que comprometem a disciplina são comuns aos vários autores pesquisados, e somente apontar de quem é a culpa não resolve os problemas disciplinares. Para isso, então, é necessário que todos os envolvidos no processo educacional façam a sua parte, começando pela própria instituição escola, através das práticas pedagógicas dos professores, revendo-as à luz das inovações e da realidade social dos alunos.

2.3- Gestão Escolar Democrática: Coordenador Pedagógico

Atualmente vem se discutindo muito sobre gestão escolar democrática, durante muito tempo, a educação viveu apenas sob o domínio do modelo da modernidade centrado apenas em verdades prontas, em seus conhecimentos cristalizados e sem direito à participação coletiva, porém hoje temos que dar conta de um novo modelo organizacional é preciso, assimilar novas formas de se relacionar com o conhecimento, a pesquisa, a organização e a função da comunidade no envolvimento da educação. Para atuar em um novo paradigma é necessário também que cada indivíduo compreenda sua função e esteja disposto a trabalhar em equipe.

A gestão democrática se fortaleceu e se intensificou a partir da década de 80, quando foi aprovado o artigo 206 da Constituição Federal, que estabelecia princípios para educação brasileira dentre eles: obrigatoriedade, liberdade e gestão escolar democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares. Com relação à educação temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9394/96), que estabeleceu diretrizes gerais para educação e seus respectivos sistemas de ensino, com isso, a educação brasileira conquista o direito de, efetivamente, refletir a necessidade e a importância da participação consciente de todos os integrantes da comunidade com relação às decisões a serem tomadas no cotidiano escolar, na busca de um compromisso coletivo com resultados educacionais mais significativos.

Esta educação cuja meta é valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, agregada ao fato de fortalecer cada vez mais a democracia no processo pedagógico, encontra na Gestão Democrática da Escola, uma oportunidade real de transformar a escola em um espaço público onde diversas pessoas têm a possibilidade de articular suas idéias, estabelecer diálogo e considerar diferentes pontos de vista.

A escola mantém e transforma ao mesmo tempo, influência e é influenciada pela sociedade. Neste sentido, destaca-se a importância da formação daqueles que administram as escolas, seus conhecimentos pedagógicos para compreender o processo educacional precisa passar como aponta Medina, por uma “profunda reflexão filosófica sobre a educação, revelando o domínio ético, político e a compreensão da autonomia fundada no respeito à diversidade, à riqueza das

culturas e à procura da superação das marcantes desigualdades locais e regionais na partição e no envolvimento de todos”. (1997,p.23) Sendo assim, o trabalho do coordenador pedagógico, assim como os demais envolvidos no processo educacional, precisa acompanhar essa evolução tão complexa, dinâmica e desafiadora. O coordenador escolar tem um papel muito além de ficar controlando o trabalho do professor, como relata ele:

...é o trabalho do professor (...) que dá sentido ao trabalho do supervisor no interior da escola. O trabalho do professor abre espaço e indica o objeto da ação/reflexão, ou de reflexão/ação para o desenvolvimento da ação supervisora.(MEDINA,2004,p.32)

Dessa forma, o coordenador deixa de ter uma função mecânica e burocrática, como acontecia anteriormente, buscando desenvolver ações baseadas na reflexão sobre o processo pedagógico, transformando o professor em um instrumento dessa reflexão, deixando este de ser somente um agente a ser controlado no interior das escolas. A coordenação pedagógica deve atuar com uma visão, motivadora, inovadora e interdisciplinar, buscando a transformação do processo de ensino aprendizagem. Para que isso aconteça faz-se necessário, um ambiente democrático e com divisão de responsabilidades, de forma a despertar a consciência daqueles que se engajam no campo educacional para transformar o cotidiano escolar em algo realmente prazeroso e significativo. Como se vê, a ação do coordenador pedagógico, como fio condutor desse processo não deve acontecer de maneira descompromissada e descontextualizada, pois, com o seu protagonismo sério e ético é possível contribuir para uma ação efetiva a serviço de uma educação de qualidade. No entanto, é necessário que o coordenador esteja atento aos desafios e apelos que lhes chegam de todos os lados, conhecer o universo da educação, suas dificuldades e avanços, fazendo, a partir de sua atuação pedagógica, um caminho de maturação, vivenciando as experiências da comunidade escolar como processo individual dos sujeitos que dela participam, mas, vislumbrando essa ação como uma abrangência de transformação coletiva. Construir um ambiente democrático não é tarefa fácil e, por isso, não é empreitada para apenas para o coordenador pedagógico. “*Uma gestão participativa também é a gestão da participação*”, afirma José Carlos Libâneo (1996, p.200). Quem ocupa cargos de liderança – como diretor ou coordenador pedagógico – precisa despir-se de um posicionamento autoritário, deve possibilitar o desenvolvimento de um clima

em que todos contribuam com idéias, críticas, encaminhamentos, pois a gestão e participação pedagógica pressupõem uma educação democrática, ou seja, envolve muito mais do que estabelecer o que é urgente e prioritário, mas se alicerça no ouvir, em aceitar sugestões, rever posicionamentos, enfim primar pelo que é fundamental neste caso o processo ensino-aprendizagem.

3 – PERCURSO METODOLÓGICO: DESCRIVENDO AS ESTRATÉGIAS E RESULTADOS

O presente trabalho foi desenvolvido em quatro etapas. A primeira etapa corresponde ao estudo bibliográfico, através da busca de autores que discutem o tema abordado. A segunda etapa diz respeito à elaboração do instrumento de pesquisa, ou seja, o questionário, que compreende seis questões abertas. A terceira etapa corresponde à aplicação deste questionário a dois coordenadores pedagógicos de duas escolas, uma da rede municipal e a outra da rede privada de ensino do município de Santa Maria, RS, com objetivo conhecer a percepção desses profissionais, bem como a sua atuação frente às questões referentes à indisciplina. A aplicação destes questionários foi realizada através de visitas nestas instituições.

3.1 Caracterizando os sujeitos investigados

A instituição pública corresponde a uma escola municipal que atende somente crianças do ensino fundamental. A escola é pequena e possui cerca de vinte professores, dois funcionários e uma coordenadora. A coordenadora entrevistada atua neste estabelecimento a mais ou menos sete anos, relatou que foi nesta mesma escola que iniciou sua trajetória no magistério, porém quando começou não estava atuando na coordenação e sim nos anos iniciais, faz três anos que assumiu este posto. Quanto a sua formação é formada em Pedagogia, com Especialização em Gestão Educacional.

Com relação à escola da rede privada, corresponde a uma instituição que atende crianças da educação infantil e do ensino fundamental, caracterizando-se por ser uma escola de médio porte, possui cerca de trinta professores, nove funcionários e duas coordenadoras, uma pelo turno da manhã, outra pela tarde. A entrevistada foi a que atua no turno da tarde; relata que está na escola há doze anos, quando iniciou na instituição, lecionava na 2ª série do ensino fundamental, trabalhou com as turmas da educação infantil, depois assumindo a função de coordenadora onde está ao redor de três anos. Quanto a sua formação, é formada em Pedagogia, cursando Especialização em Gestão Educacional.

Essas instituições foram escolhidas pelo fato de eu já ter trabalhado em ambas, e durante o tempo em que estive presente nelas, percebi apesar da

diferença socioeconômica dos alunos as questões relacionadas à disciplina eram semelhantes. Frequentemente, questionava o que levava os alunos a indisciplina, o que poderia ser realizado para minimizar essa situação, o que a equipe gestora das instituições poderiam fazer, qual o papel que deveriam desempenhar, pois somente o professor na sala de aula era pouco para resolver esses desafios. Por esse motivo que ao ingressar no Curso de Gestão Educacional resolvi fazer minha pesquisa voltada para essa temática. Sendo assim depois da pesquisa bibliográfica e entrevistas prontas finalmente, a última etapa, os dados coletados, a partir dos questionários, foram analisados e discutidos. A seguir teremos as seis perguntas que compõem o questionário aplicado as supervisoras, que teve como objetivo conhecer a visão e atuação delas sobre as questões disciplinares, bem como a análise e discussão das questões. Coordenadora 01 é equivalente a de escola privada e a 02 é da rede pública de ensino.

3.2- Questionário: perguntas, respostas e reflexões.

A partir da análise das respostas dessas questões e da literatura estudada, pretende-se apontar estratégias de prevenção e/ou controle da disciplina escolar, sob a ótica da coordenação pedagógica.

Questão 01: Como você entende a indisciplina escolar, e quais são suas principais causas?

Coordenadora 01: “A indisciplina é a ausência de disciplina, que via de regra, pode ser definida como uma forma de controle dos indivíduos, pois ao falarmos nela sob a ótica educacional, estamos sempre nos reportando à falta de domínio sobre as atitudes dos educandos, tidas como inadequadas ao processo educativo. Em um mundo cada vez mais globalizado, a informação chega diariamente aos lares, mostrando uma infinidade de cenários de violência. Ao mesmo tempo, a família como instituição esta demonstrando fortes mudanças com a incorporação da mulher ao trabalho e a cada vez mais freqüente separação dos casais, e assim muitas crianças aprendem sobre a violência e os maus tratos, a falta de respeito com os mais velhos etc.”

Coordenadora 02: “Para mim, indisciplina escolar é o não cumprimento das normas da escola, o não cumprimento de prazos e carga horária, é a falta de limites tão

evidentes nos jovens de hoje. Acredito que a causa principal da “indisciplina” na sala de aula é o despreparo dos professores para lidar com as novas demandas do mundo atual”.

Conforme as duas coordenadoras observa-se que o descumprimento das normas das escolas é fator indisciplinar relevante, pois quando não obedecidos, impera a desordem, dificultando todo o processo educativo. De acordo com os questionários percebe-se a necessidade de que cada um saiba o seu papel na instituição, neste sentido cabem as escolas a função de monitorar e cobrar a aplicação destes. Conforme Antunes (2007), “quando o professor conhece os caminhos e estabelece um quadro de relações marcado por regras, o problema da indisciplina não acontecerá de forma devastadora.”

Percebe-se, assim, que as escolas estabelecem um acordo, com a participação da comunidade escolar. O que ocorre, no entanto, é o descumprimento de algumas normas previstas. Também há uma grande preocupação quanto à imposição de limites, isto é até onde o que o aluno está fazendo é prejudicial, o que poderia ser resolvido se as escolas tivessem como aliados o apoio da família, como bem coloca Tânia Zagury:

Pais e professores devem ser parceiros e devem estar de acordo quanto aos rumos da educação de seus filhos/alunos. Nesse sentido, as regras e os caminhos do processo de ensino-aprendizagem devem ser especificados pela escola para a família. Isso evita que embaraços e contratempos afetem essa parceira. (ZUGURY, p. 35, 2008)

Assim, cabe a escola, mais uma vez, desempenhar seu papel de educadora e, ainda, resgatar, à medida do possível, as falhas deixadas pela família, ou seja, a base da educação que deveria vir na bagagem do educando, desde os primeiros momentos de vida, acaba sendo deixada para que a escola, as famílias estão transferindo suas responsabilidades para a escola.

Questão 02: A que você atribui à falta de interesse e apatia de alguns alunos, em sala de aula?

Coordenadora 01: “Com o passar dos anos e com as novas tecnologias as crianças vão demonstrando-se cada vez menos interessadas pela escola, pois acredito que o ensino, ou seja, a motivação do professor esteja perdendo para outras novidades que estejam aparecendo fora da escola. Para que o processo de

ensino/aprendizagem se concretize de forma satisfatória, se faz necessário o sentido do existir de ambos para que seja um processo verdadeiramente educativo. A motivação está ligada à interação dinâmica entre as características pessoais e o contexto em que as tarefas escolares se desenvolvem. Isto quer dizer que o desempenho do professor é tão importante quanto o do aluno, para proporcionar a motivação para a aprendizagem.”

Coordenadora 02: “Vivemos hoje em uma sociedade em constantes mudanças em que a informação, através das novas tecnologias, chega ao alcance dos alunos de maneira bastante acelerada, e os professores não estão preparados para acompanhar estes avanços que levam a transformação das relações sociais, dos padrões de comportamentos e até mesmo da forma de pensar, gerando assim o desinteresse e apatia dos alunos”.

Segundo as duas coordenadoras, os professores têm sua parcela de culpa pelo fracasso da educação quando não estão preparados para acompanhar os avanços que levam a transformação das relações sociais, dos padrões de comportamento e até mesmo da forma de pensar gerando, assim, o desinteresse e apatia de alguns alunos. Isso significa a necessidade de repensar a prática pedagógica docente, buscando “novas maneiras de dar aula; trabalhar o conteúdo; passar a matéria e vinculá-la ao cotidiano do aluno; pensar o educador menos proprietário de soluções (...) e mais como um professor interrogador”. (ANTUNES, 2007)

Freire (1997), já relatava em uma de suas obras que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção”, o que ainda é muito difícil de ser realizado, pois percebemos que muitos professores usam metodologias inadequadas, com um ensino tradicional, aulas não participativas e distantes do interesse do aluno, o que, logicamente, leva a desmotivação e a indisciplina. Para modificar esse contexto é preciso que o professor deixe de ser o centro da informação para incorporar novos papéis como os de mediador, facilitador, proporcionando ao aluno a oportunidade de participar ativamente da construção da aprendizagem.

Questão 03: Como você avalia o fato de um aluno ser considerado bom ou, até excelente, por um determinado professor e, esse mesmo aluno ser tido como “aluno-problema”, por outro professor?

Coordenadora 01: “ALUNO CONSIDERADO EXCELENTE: São professores, amantes de sua profissão, comprometidos com a produção do conhecimento em sala de aula, que desenvolvem com seus alunos um vínculo muito estreito de amizade e respeito mútuo pelo saber. Professores que não medem esforços para levar os seus alunos à ação, à reflexão crítica, à curiosidade, ao questionamento e à descoberta. Educadores que sabem respeitar no aluno o desenvolvimento que este adquiriu através de suas experiências de vida (conhecimentos já assimilados) e maturidade”.

“ALUNO-PROBLEMA: Professores preocupados em cumprir o conteúdo curricular planejado para aquela aula, do que em descobrir o porquê da falta de interesse e da indisciplina da maioria dos seus alunos. Professor com postura autoritária”.

Coordenadora 02: “Eu acho que cada ser humano é único, com diferentes formas de pensar e agir e também com interesses diferentes. Por isso, é natural que seja ‘bom’ com quem atenda suas expectativas e ‘problema’ com os demais”.

A Coordenadora 01, faz uma importante consideração em sua resposta, quando critica alguns profissionais da educação que não possuem a sensibilidade para olhar o aluno como um todo, ou seja, um ser social e afetivo, com necessidade de atenção e carinho e, principalmente, de respeito como ser humano, sujeito a erros e acertos. Nesta situação é de suma importância que o professor regate o seu verdadeiro papel que deixou de ser um simples transmissor de conhecimento, e passou a ser um orientador que proporciona uma aula participativa, em que a construção do conhecimento possa ser compartilhada, acima de tudo o professor deve “amar” o que está fazendo.

Para a Coordenadora 02, o bom aluno é aquele que demonstra respeito quando é respeitado, ou seja, quando suas expectativas são atendidas, este aluno cumpre o seu papel, de maneira satisfatória. O ‘aluno-problema’, por sua vez, é aquele que não tem interesse considerados, tornando-se frustrado e, conseqüentemente, taxado como mal aluno.

A visão da escola, principalmente do professor, muitas vezes, equivocava-se com esse tipo de aluno. É notável observar que qualquer inquietação, questionamento, discordância, conversa ou desatenção, por parte do aluno, é entendida como indisciplina, já que o próprio sistema escolar espera o silêncio, a docilidade, a passividade dos discentes, e a aceitação do que é proposto, sem contestações. Desta forma, alguns professores consideram o 'bom aluno' aquele que acata todas as exigências docentes. Em contrapartida, felizmente, há outros educadores que pensam a educação como um processo de participação ativa, onde o aluno tem seu espaço para participar do processo de aprendizagem.

Questão 04: Sua escola tem um regimento, ou normas de convivência, ou ainda regras da escola? Em caso de afirmativo, quem participou de sua elaboração? E como, na prática, esse contrato é aplicado?

Coordenadora 01: “Sim. Quem participa são: direção, coordenação, pais e professores. É realizada no início do ano uma reunião com os pais, tendo como objetivo apresentar o professor e a proposta pedagógica anual”.

Coordenadora 02: “Sim, as normas de convivência foram construídas pelo SOE, com a participação de toda a comunidade escolar, através de reuniões feitas com os alunos, professores e pais. As normas estão colocadas na entrada da escola e em todas as salas de aula. Também foram passadas para os pais. O não cumprimento delas acarreta punições previstas no regimento escolar”.

Ambas as coordenadoras foram unânimes em suas respostas ao colocar que suas escolas possuem normas de convivência, feito com a participação da comunidade escolar, com o objetivo de melhorar a questão disciplinar. As normas estão amparadas no Regimento Escolar, o que garante sua aplicação, na prática. No entanto nem todas as normas conseguem ser aplicadas, na prática, o que gera certo desconforto entre professores, equipe gestora, alunos e pais.

Questão 05: No momento atual qual é a função social da escola hoje núcleo de aprendizagem ou mera repassadora de informações? Explique?

Coordenadora 01: “Núcleo de aprendizagem e formação do cidadão: A escola participa na formação da personalidade do aluno, por isso ela deve estimulá-lo a ter boas atitudes. Então a escola é o lugar para o ensino-aprendizagem dos valores, e

tem por uma das finalidades o desenvolvimento pleno do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo, estimulando o desenvolvimento virtudes necessárias para a vida em sociedade”.

Coordenadora 02: “Sem dúvida, a função social da escola deve ser núcleo de aprendizagem e formação do cidadão, pois ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar meios para sua construção. Infelizmente, ainda temos alguns professores que vivem a escola do passado em que o bom aluno é aquele submisso, que não questiona, que aceita passivamente o que lhe é imposto”.

Assim como na questão anterior, as respostas desta pergunta são comuns as investigadas. Para elas, a função social da escola deveria ser o núcleo de aprendizagem e formação do cidadão. Porém, na realidade, ainda impera uma escola voltada ao passado, com alguns professores retrógrados, no sentido metodológico que, ai invés de trabalharem conteúdos atrelados à realidade dos alunos. Permanecem com o ensino isolado, independente das necessidades e expectativas. Segundo Silva (2008, p.23), “a impotência e a inércia do educador no repasse de suas experiências culminam nas reações negativas e na insatisfação dos alunos”, e como consequência, na inexistência de uma ação produtiva, o que leva ao desinteresse destes e à indisciplina.

Sendo assim, a escola como núcleo de aprendizagem, tem como função principal propiciar ao aluno a participação, o desenvolvimento da criatividade, a valorização de seu conhecimento prévio, bem como aguçar a curiosidade para que o educando sintam-se motivado a ir para escola, buscando sempre, o inesperado, ou seja, o fascinante mundo de novas descobertas, com um professor atuante que o leve a vivenciar a sua realidade social.

Questão 06: Como você pode contribuir para prevenir e/ ou controlar a indisciplina escola?

Coordenadora 01: “Primeiramente, o professor deve identificar os motivos da indisciplina. Observar os alunos e estabelecer um diálogo constante. Muitas vezes, a indisciplina ocorre porque os alunos não entendem o conteúdo ou acham as aulas cansativas. Nestes casos, o professor pode modificar suas aulas, adotando atividades estimulantes, dinâmicas prazerosas e interativas”.

Coordenadora 02: “Como coordenadora escolar, acho que precisamos urgentemente rever nossas práticas pedagógicas. O coordenador deve proporcionar

a seus professores momentos de reflexão sobre sua ação, de trocas de experiências, pois se aprende nas trocas, nas conversas, nas experiências vivenciadas, superando o individualismo e trabalhando em conjunto. Acredito que desta forma estaremos resolvendo grande parte da 'indisciplina' na escola".

Ambas as coordenadoras acreditam que o fator primordial da indisciplina escolar é a discussão e a troca de experiência entre os docentes, isto é, trabalhar em conjunto, buscando novas práticas pedagógicas, interligadas e relacionadas à realidade social do aluno. Para isso, é importante a organização de reuniões pedagógicas, de preferência, semanais, para que o grupo docente possa analisar e discutir questões, tomando uma postura única com seus alunos. Precisamos trabalhar com a curiosidade do aluno, pois conforme Haetinger (2008), "a curiosidade é a mola propulsora das escolas; é o cerne do processo educativo". Isso significa que um aluno 'curioso' está motivado a aprender, a produzir, a conectar-se com a realidade social, enfim, a transformar o conhecimento em uma aprendizagem significativa e contextualizada.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho, como já foi antecipado, se justifica pela necessidade de buscar subsídios que respondessem à questão referente à problemática indisciplinar, apresentada nas duas escolas investigadas, sob a ótica da coordenação pedagógica. Considerando as colocações das coordenadoras, aliadas a realidade das escolas analisadas e, também, à literatura existente, percebe-se a importância do papel coordenador pedagógico enquanto articulador do processo pedagógico, ou seja, cabe a ela articular teoria e prática, utilizando estratégias para o ensinar.

Além dessas atribuições, também é função da coordenação pedagógica assessorar os professores na abordagem dos problemas de caráter disciplinar dos alunos que interfiram no seu rendimento escolar. É preciso desenvolver uma relação de parceria com o grupo de professores e alunos, delegando maior autonomia aos docentes, no que tange as questões disciplinares de rotina, intervindo somente nas questões mais serias.

A escola deve desenvolver competências nos alunos, buscando que ele se torne um cidadão crítico, capaz de refletir e intervir sobre a realidade, exercendo ativamente sua cidadania. Contudo muitas vezes o professor não está preparado para lidar com um aluno contestador. Esse por sua vez, acaba recebendo rótulo de indisciplinado. Alguns professores ainda persistem nesse tipo de cobrança, autoritária, porque ainda não conseguiram se desprender da educação que tiveram em sua formação acadêmica. Para amenizar essa situação, porque resolvê-la é uma etapa mais longa, a coordenação pedagógica deve proporcionar, então, momentos de reflexão e discussão aos professores, com a disponibilidade de materiais adequados para isso, bem como a orientação desse trabalho.

Outro aspecto importante e imprescindível é o apoio e a presença da família na vida escolar dos alunos, pois o envolvimento dos familiares melhora as atitudes tidas pelos educandos em sala de aula. Assim, o avanço disciplinar depende do envolvimento dos pais, tanto em questões pertinentes à prática pedagógica, quanto nas atividades extracurriculares ou até mesmo de gestão (educação de qualidade exige a participação de todos), incluindo a indisciplina. Para que isso se concretize,

no entanto, é essencial que a comunidade conheça as metas, realizações e atividades escolares.

Destacam-se, ainda, outras estratégias de igual importância dentre elas: o rever, constantemente, as práticas pedagógicas, através de um trabalho em conjunto com toda a equipe escolar, buscando apoio teórico e discutindo diferenças, tendo como foco a aprendizagem e o bem estar do aluno. Além disto, o planejamento das aulas é o ponto essencial par o bom funcionamento das mesmas. Outro fator relevante refere-se à questão do respeito, principalmente entre aluno e professor. Também merece destaque, como estratégia disciplinar, o fato de despertar a curiosidade do aluno, ou seja, mantê-lo sempre motivado, á espera de novos conhecimentos, engajados á realidade e aos interesses do mesmo.

Sendo assim, de acordo com as coordenadoras e a literatura estudada, cabe a escola, em especial á coordenação pedagógica, conscientizar os professores de que é preciso desenvolver e programar novas formas de ensinar, a partir de uma prática baseada em princípios que considerem o educando como o foco primordial da aprendizagem, pois somente assim atingirá o objetivo real da educação, e os problemas disciplinares, com certeza, se dissiparão. A escola precisa assumir seu real papel que é o de núcleo de aprendizagem e formação do cidadão, devemos relembrar os valores humanos tais como o respeito, o amor, a compreensão, a fraternidade, a valorização da família, pois só termos uma sociedade verdadeiramente igualitária e disciplinada quando os nossos alunos conhecerem e valorizarem essas atitudes, quando aprenderem o real significado da palavra cidadania, ou melhor quando tiverem atitudes cidadãs.

A escola deve e precisa assumir o papel de garantir as condições apropriadas ao processo ensino-aprendizagem, a partir da sua realidade, e, portanto das condições, das necessidades e do desenvolvimento dos alunos. A disciplina requer um aprendizado. Como bem coloca Freire (1997): “Ninguém disciplina ninguém, mas por outro lado ninguém se disciplina sozinho. Os homens se disciplinam em conjunto, intermediados pela realidade do mundo.”

Sendo assim, precisamos assumir a realidade, acreditar na possibilidade de mudança de comportamento, de postura, na transformação desta realidade. Mudar o que precisa ser mudado, viabilizar a aprendizagem do respeito mútuo, do exercício

de direitos e deveres e buscar de todas as formas a presença da família que grande contribuição pode dar na busca da disciplina na escola.

5- REFERÊNCIAS

AMADO, J. S. **Interação pedagógica e indisciplina na aula**. Porto: Asa. 2001.

ANTUNES, C. **Especialistas dizem que professores precisam administrar indisciplina em sala de aula**. (Entrevista concedida a Cel Araujo, em 18/06/2007). Disponível
[HTTP://www.cmpa.the.br/index.php?com_content&id=view&=3&Itemid=20%e2%8c%a9](http://www.cmpa.the.br/index.php?com_content&id=view&=3&Itemid=20%e2%8c%a9). Acesso em 18/05/2011.

AQUINO, J. G. **A indisciplina e a escola atual**. Revista da Faculdade de Educação. V. 24, nº 02. São Paulo, julho a dezembro de 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&lng=en. Acesso em 23/06/2011.

AQUINO, J. G. Indisciplina. **O contraponto das escolas democráticas**. Paulo: Ed. Moderna, 2003. Entrevista concedida a Sheila C. A.S. Machado. Disponível em <http://www.planetaeducacao.com.br/novo/artigo.asp?artigo=931>. Acesso em 14/05/2011.

BRANDÃO, C. F. LDB: passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000

ETRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. 3.ed. Portugal: Porto, 1992.

FERREIRA, N.S.C. **Projeto Político Pedagógico**. Curitiba: IBPEX, 2008.

FORTUNA, T. Indisciplina escolar: da compreensão à intervenção. In: Xavier, M. L. (org.). **Disciplina escolar: enfrentamentos e reflexões**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GARCIA, J. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, nº95, p.101 – 108, jan./abr.1999.

HAETINGER, M. Criatividade na produção do conhecimento na escola. In: **II ENCONTRO DE GESTORES das escolas participantes do PEIS**. 2008, Santa Maria.

HERNÁNDEZ, F. O projeto político pedagógico vinculado à melhoria das escolas. **Pátio Revista Pedagógica**. Local, Ano VI, nº 25, fev/abr 2003.

LIBANÊO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática**. Goiás: Alternativa, 1996.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2008.

MEDINA, A . S. Supervisão Escolar: parceiro político- pedagógico do professor. In: RANGEL, M.; SILVA JUNIOR, C. A. (orgs.). **Nove olhares sobre a supervisão**. 10.ed. Campinas: Papirus, 2004.

SILVA, S. H. A educação como mediadora direta dos meios que norteiam a cidadania. Publicado em 08/05/2008. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/5917/1/a-educacao-no-estado-democratico-de-direito-para-uma-educacao-real-e-nao-ideal/pagina1.html>. Acesso em 18/06/2011.

URBANETZ, S. T. & SILVA, S.Z. **Orientação e supervisão escolar: caminhos e perspectivas**. Curitiba: IBPEX, 2008.

VASCONCELOS, C. S. **Os desafios da indisciplina em sala de aula e na escola**. Séries idéias, nº28, São Paulo:DFE, 1997

ZACURY, T. Professores reféns ou reféns dos professores? Idéias para libertar professores e alunos. A semana – editorial. Entrevista concedida a João Luís de Almeida Machado. Disponível em <http://www.planetaeducacao.com.br/novo/artigo.asp?artigo=524> . Acesso em 06/07/2011.

